



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO
Concurso Público
Analista Judiciário - Área Judiciária
Execução de Mandados

P R O V A
Português Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno de prova contém um total de 70 questões assim distribuídas:
 - Português: questões de nºs 01 a 20
 - Conhecimentos Específicos: questões de nºs 21 a 70Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

PORTUGUÊS

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto abaixo.

Desde 1 de janeiro de 1999 existe, entre onze Estados-Membros da Comunidade Européia, uma União Monetária.

A primeira pergunta que se coloca espontaneamente é se a União Monetária favorecerá a mobilidade da mão-de-obra no interior da chamada "zona do euro", ou "Eurolândia". Com base nos dados relativos às migrações internas da Comunidade Européia nos últimos decênios, a resposta a essa pergunta legítima é sem dúvida negativa. A mobilidade geográfica do fator trabalho baixou na Europa para 1% ao ano. Esse valor deve ser comparado com o dos Estados Unidos da América, onde 3% da população mudam de residência anualmente.

A reduzidíssima mobilidade dos trabalhadores na Europa deve-se, provavelmente, a diversos fatores, como, por exemplo, a melhoria das condições de vida e o aumento dos rendimentos das famílias, a existência de sistemas generosos de segurança contra o desemprego, as grandes diferenças culturais, e, sobretudo, lingüísticas, entre os vários países e regiões da Europa, a inadequação e, por vezes, a ineficácia dos serviços públicos e privados de colocação da mão-de-obra. Em face dessa reduzidíssima mobilidade estrutural do fator trabalho no interior da Comunidade Européia, não existem atualmente indicadores que permitam prever uma alteração ou, pelo menos, uma significativa alteração dessa situação após a introdução de uma moeda única na "zona do euro".

(Adaptado de Enrico Traversa. A globalização na Comunidade Européia. Revista de Direito Mackenzie. São Paulo, n. 1, p. 9-16, jan/jun 2000)

1. No contexto, a referência aos Estados Unidos

- (A) foi feita como argumento para comprovar que a corrente migratória dos trabalhadores no interior da Comunidade Européia é bastante diminuta.
- (B) constitui a confirmação de que a mobilidade dos trabalhadores é fator observado nas mais distintas realidades sociais, independentemente do grau de desenvolvimento da nação.
- (C) tornou-se imprescindível como exemplo negativo, visto que a América do Norte aumentou consideravelmente a taxa da população que migra em busca de serviço.
- (D) deu-se como simples menção a outro país, de outro continente, em que também ocorre mobilidade pelo fator trabalho.
- (E) foi utilizada como prova de que os Estados Unidos são sempre, mercedamente, o modelo de comportamento para outras áreas geográficas.

2. Nota-se que, no último parágrafo, o autor

- (A) cita as garantias de que não haverá alterações importantes na vida do europeu, após a introdução do *euro*.
- (B) afirma categoricamente que a reduzida mobilidade dos trabalhadores na Europa é decorrência de vários fatores relacionados à melhoria das condições de vida das pessoas.
- (C) atribui timidamente a reduzida mobilidade dos trabalhadores europeus à inadequada preparação da mão-de-obra.
- (D) adota tom cauteloso, comprovado pelo emprego de expressões como *provavelmente* e *ou pelo menos*.
- (E) assume atitude de crítica severa quanto à *ineficácia* dos serviços públicos e privados de geração de empregos, responsáveis pelas perdas sofridas pelos trabalhadores.

3. *Com base nos dados relativos às migrações internas da Comunidade Européia nos últimos decênios, a resposta a essa pergunta legítima é sem dúvida negativa.*

Uma nova redação para o período acima, que está correta e mantém o sentido original, é:

- (A) Considerando-se os dados acerca da migração no interior da Comunidade Européia nas últimas décadas, a resposta a essa pergunta precedente é, incontestavelmente, negativa.
- (B) Baseando-se nos dados concernentes às migrações internas na Comunidade Européia nos últimos decênios, a resposta legal para essa pergunta só pode ser negativa.
- (C) As estatísticas apresentadas nos últimos dez anos sobre a migração interna na Comunidade Européia tornam legítima a resposta negativa a essa pergunta.
- (D) Dados relacionados aos últimos decênios da Comunidade Européia e seu procedimento migratório permite uma única resposta precedente a essa pergunta, e ela é negativa.
- (E) Sem dúvida, essa pergunta tem fundamento legal, e a resposta é negativa se forem legítimos os dados dos últimos decênios de migração interna na Comunidade Européia.

4. No contexto, as expressões *A reduzidíssima mobilidade dos trabalhadores na Europa* e *a existência de sistemas generosos de segurança contra o desemprego* (parágrafo 3) traduzem, respectivamente,

- (A) um fato provável e um fato possível.
- (B) um fato determinado e uma de suas possíveis causas.
- (C) um fato possível e uma de suas conseqüências.
- (D) a causa de um fato possível e o possível fato.
- (E) a condição de um fato e a finalidade do fato.

<p>5. A frase totalmente correta quanto a grafia e acentuação é:</p> <p>(A) Trabalhadores reivindicavam alí a contratação de mão-de-obra sem grande burocracia.</p> <p>(B) Nessa conjuntura, é difícil explicar porquê a mobilidade da mão-de-obra decresceu.</p> <p>(C) Assessores especializados procuram pôr no papel todas as variáveis que envolvem o tema.</p> <p>(D) Pesquisas realizadas recentemente mostram que o êxito do "euro" é questionável.</p> <p>(E) Até em adjacências de pequenos centros, chega a haver letígio para preenchimento de vagas.</p>	<p>8. A redação está totalmente correta SOMENTE em:</p> <p>(A) Não compreendo-o, pois fiz sua encomenda da exata maneira como chegou até eu.</p> <p>(B) O operário e o chefe esbarraram-se no corredor. Olhou-se um para o outro mutuamente.</p> <p>(C) Vossa Excelência, senhor Ministro, podereis receber os sindicalistas ainda hoje?</p> <p>(D) Os trabalhadores que se divertem ouvindo histórias sonham. Os que lêem, nunca estão sós.</p> <p>(E) Os dois profissionais estavam irritados. Perceberam que se enganou um ao outro.</p>
<p>6. <i>A primeira pergunta que se coloca <u>espontaneamente</u> é se a União Monetária <u>favorecerá</u> a <u>mobilidade</u> da mão-de-obra no interior da chamada "zona do euro" ou "Eurolândia".</i></p> <p>Os termos grifados na frase acima podem ser substituídos corretamente, sem prejuízo do sentido original, por:</p> <p>(A) devidamente - priorizará - arregimentação</p> <p>(B) legitimamente - incorporará - movimento</p> <p>(C) naturalmente - corroborará - circulação</p> <p>(D) ingenuamente - incitará - mobilização</p> <p>(E) instintivamente - alavancará - progresso</p>	<p>9. A frase totalmente correta quanto à flexão é:</p> <p>(A) Tenho certeza de que reouverei o gráfico que mostra a mobilidade dos artesãos.</p> <p>(B) Se eles revirem a questão do contrato, muito dessa celeuma terá fim.</p> <p>(C) Alguns se entretêm com o "euro" e não percebem que os problemas continuam iguaisinhos.</p> <p>(D) Analistas crêm que essa núpcia com o "euro" pode acabar logo.</p> <p>(E) Dizem as má-línguas que esses dados não advêm de relatório oficial.</p>
<p>7. <i>A <u>reduzidíssima</u> mobilidade dos trabalhadores na Europa <u>deve-se</u>, provavelmente, a diversos fatores, como, por exemplo, (...) as grandes diferenças culturais, e, <u>sobretudo</u>, lingüísticas, entre os vários países e regiões da Europa, a inadequação e, <u>por vezes</u>, a ineficácia dos serviços públicos e privados de colocação da mão-de-obra. (...) não existem atualmente indicadores que permitam prever uma alteração ou, <u>pelo menos</u>, uma significativa alteração dessa situação (...).</i></p> <p>Considere as afirmações que seguem, sobre o fragmento transcrito.</p> <p>I. O termo sobretudo estabelece uma hierarquia entre distintos fatores, assinalando que um deles é mais forte que os demais.</p> <p>II. A expressão por vezes distingue, entre vários fatores, aquele que ocorre inevitavelmente.</p> <p>III. No processo argumentativo, pelo menos insere reparo no enunciado, em busca de maior exatidão expressiva.</p> <p>Está correto o que se afirma SOMENTE em</p> <p>(A) I e III.</p> <p>(B) I e II.</p> <p>(C) III.</p> <p>(D) II.</p> <p>(E) I.</p>	<p>10. A frase que apresenta redação correta, do ponto de vista lógico e sintático, é:</p> <p>(A) Se a vida no país do trabalhador é indigna, as diferenças lingüísticas, que constitui dificuldade, neste caso, não, para a migração dele para a Europa, não o impede.</p> <p>(B) Sendo a vida do trabalhador indigna em seu país, por isso ele migra para a Europa, e nada o impede, até as diferenças lingüísticas, que constituem dificuldade para tanto.</p> <p>(C) Diferenças lingüísticas constituem dificuldade para a mobilidade do trabalhador na Europa, embora não a impeçam, principalmente quando a vida do migrante em seu país é indigna.</p> <p>(D) A mobilidade do trabalhador na Europa conhece obstáculos, sobretudo as diferenças lingüísticas, que não impedem dele migrar, que a vida é indigna no seu país.</p> <p>(E) Na Europa, as diferenças lingüísticas, para o trabalhador migrante constitui obstáculo, ainda que não o impedindo, se a sua vida for indigna em seu país.</p>

Atenção: As questões de números 11 a 20 referem-se ao texto abaixo.

O anseio por modernidade e por atualização tecnológica não justifica supressões de solenidades judiciais indispensáveis à garantia da ampla defesa. O formalismo processual corresponde a uma necessidade de ordem, de certeza e de eficiência prática. O interrogatório não é um ato bilateral, do qual participam apenas o acusado e o juiz. É impossível, sem a quebra de garantias fundamentais, reunir e conciliar a presença dos principais intervenientes do importante ato: o juiz, o advogado, o acusado, o curador do réu, maior de 18 anos e menor de 21 anos, e os autos do processo, que poderão ser compulsados durante o interrogatório tanto pelo juiz quanto pelo advogado, pelo curador ou pelo próprio réu, para efeito de colher informações ou formalizar protestos.

O interrogatório por teleconferência, além de aviltar o princípio da publicidade, não garante a liberdade de manifestação do preso, pois todos sabem que as cadeias são dominadas por temíveis facções criminosas ou, algumas vezes, dirigidas por funcionários públicos indignos e violentos.

(Tales Castelo Branco. Interrogatório por teleconferência. **Folha de S.Paulo**, Painel do Leitor, 24/10/2002, A-3)

11. Para o autor do texto,

- (A) os plenos direitos de pessoas envolvidas só são assegurados pelo cumprimento rigoroso das normas e princípios do processo judicial.
- (B) ordem, certeza e eficiência prática são objetivos perseguidos pelas solenidades judiciais, das quais se deve suprimir o que não esteja associado à garantia da ampla defesa.
- (C) a modernidade não é atingida quando os recursos tecnológicos são impróprios para o bom desempenho dos integrantes do poder judiciário.
- (D) a ansiedade com que são realizadas alterações no ritual jurídico compromete a adequada adaptação dos meios tecnológicos à prática judiciária.
- (E) solenidades no âmbito da Justiça constituem exagero formal, que deve ser evitado com vistas à maior eficiência dos procedimentos judiciais.

12. *O interrogatório não é um ato bilateral, do qual participam apenas o acusado e o juiz.*

É correto afirmar que, na frase acima,

- (A) o plural de juiz, de acordo com a norma culta, deve ser grafado **juizes**.
- (B) *apenas* deixa subentendido que existem outros possíveis participantes do interrogatório.
- (C) *ato bilateral* equivale a "ação ambígua".
- (D) o uso do presente do indicativo *participam* tem o mesmo valor do encontrado em "O acusado e o juiz participam, amanhã, de uma entrevista".
- (E) o segmento grifado pode ser substituído, sem prejuízo do sentido original, por "em que o acusado e o juiz se incluem".

13. *É impossível, sem a quebra de garantias*
(I)

fundamentais, reunir e conciliar a presença dos principais intervenientes do importante ato : o juiz, o advogado, o acusado, o
(II)

curador do réu, maior de 18 anos e menor de
(III)

21 anos, e os autos do processo, que poderão ser compulsados durante o interrogatório tanto pelo juiz quanto pelo
(IV) (IV)

advogado, pelo curador ou pelo próprio réu, para efeito de colher informações ou forma-
(V)

lizar protestos.

Considerando-se sempre o contexto, é correto afirmar sobre os segmentos grifados acima:

- (A) I introduz noção de tempo.
- (B) em II, os dois pontos anunciam uma consequência do que foi enunciado antes.
- (C) III constitui um requisito.
- (D) em IV, *tanto... quanto* estabelece relações de hierarquia.
- (E) V pode ser substituído, sem prejuízo do sentido original, por "se quiser".

<p>14. A pontuação está totalmente correta na frase:</p> <p>(A) Alterações – em qualquer campo do conhecimento – podem ser: bem-vindas, desde que não impliquem, perdas.</p> <p>(B) Alterações em qualquer campo do conhecimento, podem ser bem-vindas desde que não impliquem perdas.</p> <p>(C) Alterações, em qualquer campo do conhecimento, podem ser bem-vindas, desde que não impliquem perdas.</p> <p>(D) Alterações em qualquer campo do conhecimento podem ser bem-vindas, desde que: não impliquem perdas.</p> <p>(E) Alterações, em qualquer campo do conhecimento podem ser bem-vindas desde que, não impliquem perdas.</p>	<p>17. O acento indicativo da crase está corretamente empregado em:</p> <p>(A) Especificamente à ele, transgressor confesso, muito interessava a leitura dos direitos do réu.</p> <p>(B) Não sabia que até o réu tem direito à compulsar os autos durante o interrogatório.</p> <p>(C) A sociedade pede lucidez àqueles que podem alterar as regras dos rituais democráticos.</p> <p>(D) Esse texto deve ser indicado à todas as pessoas que lidam com o Direito.</p> <p>(E) Sociedades pós-modernas quebram formalismos à torto e à direito.</p>
<p>15. No último parágrafo, o autor</p> <p>(A) atribui a maus funcionários a adoção inoportuna do interrogatório por teleconferência.</p> <p>(B) justifica a afirmativa sobre a manifestação do preso citando fontes científicas.</p> <p>(C) assinala que o princípio da publicidade não chega a ser totalmente desrespeitado pelo interrogatório por teleconferência.</p> <p>(D) é cauteloso, pois não generaliza o comentário que faz acerca das facções criminosas em cadeias públicas.</p> <p>(E) revela apreciação subjetiva ao fazer uso de expressões como <i>temíveis facções criminosas</i> ou <i>funcionários públicos indignos e violentos</i>.</p>	<p>18. A frase em que a concordância está de acordo com a norma culta é:</p> <p>(A) Tudo indica que, se houvessem sido feitas consultas aos especialistas, não teriam surgido tantas críticas.</p> <p>(B) Alteração de rituais são sempre passíveis de controvérsia, por isso muitas vezes é evitado.</p> <p>(C) Feito repentinamente, muitas mudanças acabam por exigirem revisões posteriores.</p> <p>(D) No mesmo dia foi publicado, anonimamente, as mensagens curtas a favor da quebra do formalismo processual.</p> <p>(E) Nota-se que é desse autor que virá, por seu alto conhecimento jurídico, as orientações mais confiáveis sobre o assunto.</p>
<p>16. A frase em que a regência está totalmente de acordo com a norma culta da língua é:</p> <p>(A) Ele se dedicou durante meses em provar a inconveniência das mudanças propostas.</p> <p>(B) Parece difícil demovê-lo de suas idéias acerca do interrogatório por teleconferência.</p> <p>(C) O juiz desta comarca é um dos principais opositores contra esse tipo de interrogatório.</p> <p>(D) Alguns advogados temem que as inovações degenerem para modismos.</p> <p>(E) Há muitos operadores do Direito que estão receptivos com certas atualizações.</p>	<p>19. Os autos do processo poderão ser consultados durante o interrogatório por qualquer interveniente do ato.</p> <p>Transpondo-se a frase acima para a voz ativa, obtém-se a forma verbal:</p> <p>(A) poderiam consultar.</p> <p>(B) poderá consultar.</p> <p>(C) poderão vir a ser consultados.</p> <p>(D) haverá de consultar.</p> <p>(E) terá consultado.</p> <p>20. O emprego dos tempos e modos verbais está correto apenas em:</p> <p>(A) Quando houver condições de todos os funcionários públicos serem confiáveis, aí, sim, os procedimentos judiciais eram simplificados.</p> <p>(B) Não se apoiarão supressões de solenidades jurídicas, caso elas fossem realmente indispensáveis à garantia da ampla defesa.</p> <p>(C) Se curadores de réus forem consultados, eles provavelmente defenderiam o que é melhor para seus representados.</p> <p>(D) Visto que vivenciou experiências bem-sucedidas, ele talvez pudesse ter sido convidado a dar sua opinião.</p> <p>(E) Desde que tomasse conhecimento da contestação, o proponente das mudanças pode querer rebatê-la.</p>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. A ocorrência de desvio de finalidade manifesta-se quando o ato administrativo é praticado

- (A) com objetivo diverso daquele explicitado na motivação, ou previsto na lei.
- (B) sem observância dos requisitos de legalidade quanto à matéria de mérito.
- (C) a despeito de terem sido verificados inexistentes os fatos que ensejaram sua edição.
- (D) de modo que seu resultado importa em violação de lei, regulamento ou outro ato normativo.
- (E) sem a observância das regras aplicáveis de competência, ou com excesso de poder.

22. A anulação de um ato administrativo diferencia-se de sua revogação porque

- (A) conduz à perda da eficácia do ato anulado desde o momento da anulação, ao passo que o ato revogado perde seus efeitos desde a origem.
- (B) diz respeito apenas a atos vinculados, ao passo que a revogação diz respeito apenas a atos discricionários.
- (C) é providência que pode ser tomada facultativamente pela Administração, enquanto a revogação é obrigatória.
- (D) diz respeito a razões de legalidade do ato administrativo, ao passo que a revogação é efetuada por motivos de conveniência e oportunidade.
- (E) pode ser efetuada a qualquer tempo, ao contrário da revogação, que somente pode ser realizada no prazo prescricional de 5 (cinco) anos a contar da edição do ato.

Atenção: Para responder às questões de números 23 a 27 considere o regime da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

23. A alteração das cláusulas de um contrato administrativo pode ser efetuada

- (A) unilateralmente pela Administração, se verificada necessidade de aumentar ou diminuir o objeto do contrato, dentro dos limites legais.
- (B) de comum acordo entre a Administração e o particular, se verificada necessidade de aumentar ou diminuir o objeto do contrato, sem observância de limites.
- (C) unilateralmente pela Administração, sempre que constatada a existência de circunstância de interesse público que o justifique.
- (D) de comum acordo entre a Administração e o particular, sem restrições.
- (E) unilateralmente pelo particular, com o objetivo de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

24. Publicado o edital de concorrência pública, poderá ele ser impugnado

- (A) apenas pelos participantes da licitação, no prazo de 5 (cinco) dias posterior à abertura dos envelopes de habilitação.
- (B) apenas pelos participantes da licitação, no prazo de 5 (cinco) dias anterior à abertura dos envelopes de habilitação.
- (C) por qualquer cidadão, no prazo de 5 (cinco) dias anterior à abertura dos envelopes de habilitação.
- (D) apenas pelos participantes da licitação, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas anterior à abertura dos envelopes contendo as propostas comerciais.
- (E) por qualquer cidadão, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas posterior à abertura dos envelopes de habilitação.

25. O descumprimento de um contrato administrativo pode sujeitar o particular às seguintes sanções administrativas, dentre outras:

- (A) suspensão temporária ou definitiva de participação em licitação e interdição temporária de estabelecimento.
- (B) advertência, multa e suspensão temporária de participação em licitação.
- (C) advertência, suspensão temporária de participação em licitação e interdição temporária de estabelecimento.
- (D) perda de licença de funcionamento, restrição de direitos e declaração de inidoneidade para contratar com a Administração.
- (E) multa, prestação pecuniária e lacração de estabelecimento.

26. Se, no curso de um processo licitatório, todos os participantes forem desclassificados, caberá ao poder licitante

- (A) reconhecer a inexigibilidade da licitação.
- (B) declarar a licitação deserta, o que permitirá a contratação direta por dispensa de licitação.
- (C) assinalar prazo para a entrega de novas propostas, que corrijam os vícios anteriormente constatados.
- (D) anular a licitação, devendo repetir o procedimento desde o início.
- (E) contratar diretamente qualquer um dos particulares que participaram do procedimento, à sua livre escolha.

27. Em regra, a Administração está proibida de exigir do particular, como condição para a habilitação em licitação para realização de obra pública, a comprovação de

- (A) registro na entidade de classe respectiva, fiscalizadora do exercício profissional.
- (B) que o particular não possui títulos protestados.
- (C) regularidade fiscal.
- (D) que o particular não está cumprindo concordata preventiva.
- (E) aptidão profissional para realização da obra objeto da licitação.

<p><u>Atenção:</u> Para responder às questões de números 28 a 34 considere o regime da Lei nº 8.112/90 e suas alterações.</p> <p>28. Um servidor, ocupante de cargo efetivo, recebe "licença por motivo de doença em pessoa da família", justificada por doença de seu padrasto, devidamente comprovada por junta médica oficial. Essa licença é deferida, sem prejuízo da remuneração, por 30 dias, prorrogável por até 30 dias, e, excedidos esses prazos, por mais 22 meses, mas, nesse último caso, sem remuneração. Está errado o deferimento dessa licença, pois</p> <p>(A) o período da segunda prorrogação se dá com pagamento de remuneração proporcional ao tempo de serviço.</p> <p>(B) doença de padrasto não é motivo que o justifique.</p> <p>(C) essa licença, desde o início, se dá com prejuízo da remuneração.</p> <p>(D) o período da segunda prorrogação é de até 90 dias.</p> <p>(E) essa licença não é prorrogável.</p>	<p>32. Um servidor público, punido com penalidade de suspensão, que tenha, depois disso, passado por 5 anos de efetivo exercício sem praticar nova infração disciplinar,</p> <p>(A) não terá direito a benefício em relação à penalidade aplicada.</p> <p>(B) terá direito à anulação da penalidade de suspensão.</p> <p>(C) terá direito à revogação da penalidade de suspensão.</p> <p>(D) terá direito a ter o registro da penalidade de suspensão cancelado.</p> <p>(E) terá direito a ter a penalidade de suspensão convertida em advertência.</p>
<p>29. Antônio é aprovado em concurso público, para provimento de cargo efetivo. O resultado do concurso é divulgado no dia 1º de março e a nomeação de Antônio é publicada no dia 20 de março. No dia 30 de abril do mesmo ano, Antônio ainda não compareceu para tomar posse. Nessa situação, considerando-se a regra geral da Lei, o prazo para Antônio tomar posse</p> <p>(A) já se esgotou, devendo o ato de provimento de Antônio ser tornado sem efeito.</p> <p>(B) é ainda de 1 dia.</p> <p>(C) é ainda de 5 dias.</p> <p>(D) é ainda de 20 dias.</p> <p>(E) já se esgotou, devendo Antônio ser exonerado.</p>	<p>33. A apuração do tempo de serviço será feita em</p> <p>(A) dias, que serão convertidos em anos, considerado o ano como de 365 dias.</p> <p>(B) meses, que serão convertidos em anos, considerado o ano como de 12 meses.</p> <p>(C) dias, que serão convertidos em meses, considerado o mês como de 31 dias.</p> <p>(D) dias, que serão convertidos em meses, considerado o mês como de 30 dias.</p> <p>(E) dias, que serão convertidos em semanas, considerada a semana como de 7 dias.</p>
<p>30. A investidura de um servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com limitação que tenha sofrido em sua capacidade física, verificada em inspeção médica,</p> <p>(A) é admitida na Lei e se diz recondução.</p> <p>(B) não é admitida na Lei, salvo por novo concurso, restando ao servidor a opção da aposentadoria por invalidez.</p> <p>(C) é admitida na Lei e se diz readaptação.</p> <p>(D) é admitida na Lei e se diz reversão.</p> <p>(E) é admitida na Lei e se diz reintegração.</p>	<p>34. Em matéria de responsabilidade do servidor público, ocorrendo a prática de um mesmo fato delituoso,</p> <p>(A) a aplicação de uma sanção, seja civil, penal ou administrativa, exclui a aplicação das demais.</p> <p>(B) as sanções civil, penal e administrativa poderão cumular-se.</p> <p>(C) a sanção administrativa exclui a aplicação da sanção penal e da civil, mas estas são cumuláveis entre si.</p> <p>(D) a sanção penal exclui a aplicação da sanção civil e da administrativa, mas estas são cumuláveis entre si.</p> <p>(E) a sanção civil exclui a aplicação da sanção penal e da administrativa, mas estas são cumuláveis entre si.</p>
<p>31. Considere que no mês atual, em que o salário mínimo é de R\$ 200,00, um servidor público federal recebeu vencimento de R\$ 180,00, acrescido de ajuda de custo de R\$ 70,00, que se incorporou ao vencimento. A situação assim descrita</p> <p>(A) contraria o disposto na Lei, pois ajuda de custo não pode ser acrescida ao vencimento.</p> <p>(B) não contraria o disposto na Lei.</p> <p>(C) contraria o disposto na Lei, pois o vencimento não pode ser inferior ao salário mínimo, mesmo que haja a incorporação da ajuda de custo.</p> <p>(D) contraria o disposto na Lei, pois nela não há previsão de pagamento de ajuda de custo.</p> <p>(E) contraria o disposto na Lei, pois o vencimento não pode ser inferior ao salário mínimo e a ajuda de custo, sendo indenização, não se incorpora ao vencimento.</p>	<p>35. A decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal em sede de ação declaratória de constitucionalidade de lei federal gera efeitos</p> <p>(A) <i>inter partes</i>, com a possibilidade de extensão a todos, através de Resolução do Senado.</p> <p>(B) <i>inter partes</i> e retroativos à data da entrada em vigor da lei.</p> <p>(C) <i>erga omnes</i> e vinculante relativamente ao Executivo e aos demais órgãos do Judiciário.</p> <p>(D) <i>inter partes</i>, suspendendo a eficácia da lei a partir de seu trânsito em julgado, se julgada improcedente.</p> <p>(E) <i>erga omnes</i> e vinculante em relação aos Poderes Legislativo e Executivo.</p>
	<p>36. O indivíduo nascido na França, filho do Embaixador brasileiro naquele país,</p> <p>(A) poderá adquirir a nacionalidade brasileira, desde que goze de idoneidade moral e resida no Brasil por um ano ininterrupto.</p> <p>(B) é considerado brasileiro nato, independentemente da nacionalidade de sua mãe ou de vir a residir no Brasil.</p> <p>(C) será considerado brasileiro nato, desde que venha a residir no Brasil e opte pela nacionalidade brasileira a qualquer tempo.</p> <p>(D) poderá adquirir a nacionalidade brasileira, desde que resida no Brasil por quinze anos ininterruptos e não sofra condenação criminal.</p> <p>(E) será considerado brasileiro nato, desde que registrado em repartição brasileira competente e venha a residir no Brasil antes da maioridade.</p>

<p>37. Proposta de emenda à Constituição Federal, de iniciativa de Deputado Federal, com vistas a extinguir a obrigatoriedade do voto para maiores de 18 (dezoito) e menores de 70 (setenta) anos, é aprovada em dois turnos em cada uma das Casas do Congresso, pelo voto de 3/5 (três quintos) dos respectivos membros em cada turno, vindo a ser promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. A Emenda assim promulgada</p> <p>(A) não está sujeita a controle de constitucionalidade por via de ação.</p> <p>(B) é inconstitucional, por vício de iniciativa, que não se convalida por sua ulterior promulgação.</p> <p>(C) é inconstitucional, por desrespeito a limite material imposto ao poder de reforma da Constituição.</p> <p>(D) obedece a todos os requisitos previstos na Constituição para o processo de elaboração de emendas.</p> <p>(E) é inconstitucional, por insuficiência de quórum para aprovação de emendas à Constituição.</p>	<p>40. Aos empregados domésticos, a Constituição assegura os mesmos direitos que aos trabalhadores urbanos e rurais, exceto</p> <p>(A) repouso semanal remunerado.</p> <p>(B) fundo de garantia do tempo de serviço.</p> <p>(C) férias anuais remuneradas.</p> <p>(D) aviso prévio proporcional.</p> <p>(E) décimo-terceiro salário.</p>
<p>38. Supondo a inexistência de lei federal sobre normas gerais em matéria de defesa do solo e dos recursos naturais e a promulgação pelo Estado de Alagoas de lei, suprindo essa omissão, para atender a suas peculiaridades, é correto afirmar que</p> <p>(A) a lei estadual seria válida, se houvesse lei complementar federal que autorizasse os Estados a legislar sobre a matéria.</p> <p>(B) lei federal superveniente revoga a lei estadual, em função da regra pela qual lei posterior revoga lei anterior.</p> <p>(C) a lei estadual é inconstitucional, por ter o Estado usurpado de competência exclusiva da União.</p> <p>(D) a superveniência de lei federal suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrária.</p> <p>(E) lei federal superveniente não se aplicará ao Estado de Alagoas, caso a lei estadual não seja expressamente revogada.</p>	<p>41. As medidas provisórias editadas em data anterior à da publicação da Emenda Constitucional nº 32, de 11 de setembro de 2001,</p> <p>(A) continuam em vigor até revogação expressa por Medida Provisória ulterior ou deliberação definitiva do Congresso Nacional.</p> <p>(B) consideram-se revogadas desde então, devendo o Congresso Nacional disciplinar as relações jurídicas delas decorrentes.</p> <p>(C) deveriam ter sido convertidas em lei no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da publicação da Emenda, sob pena de perda de eficácia.</p> <p>(D) devem ser reeditadas a cada 30 (trinta) dias até sua conversão em lei ou rejeição, sob pena de perda de eficácia retroativa à data de sua edição.</p> <p>(E) se não convertidas em lei nos 45 (quarenta e cinco) dias que se seguiram à publicação da Emenda, entraram em regime de urgência no Congresso Nacional.</p>
<p>39. O subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal</p> <p>(A) poderá ser alterado mediante lei de iniciativa exclusiva do Presidente da República, observada a garantia de irredutibilidade de subsídio.</p> <p>(B) é imune à incidência do imposto de renda, em função da garantia de irredutibilidade de subsídio dos membros do Poder Judiciário.</p> <p>(C) é composto de uma parcela fixa e de parcelas variáveis, vedado, contudo, o acréscimo de verbas de natureza indenizatória.</p> <p>(D) não poderá ser superior a 95% (noventa e cinco por cento) do subsídio mensal fixado para o Presidente da República.</p> <p>(E) será fixado por lei de iniciativa conjunta dos Presidentes da República, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal.</p>	<p>42. Eventual processo contra Deputado Federal, por crime de homicídio ocorrido após sua diplomação,</p> <p>(A) poderá ser arquivado a qualquer tempo antes do término de seu mandato, pelo voto de 2/3 dos membros da Câmara dos Deputados.</p> <p>(B) poderá ser instaurado a qualquer tempo, desde que haja licença prévia da Câmara dos Deputados.</p> <p>(C) somente poderá ser instaurado após o término do mandato do Deputado, independentemente de autorização da Câmara.</p> <p>(D) deverá ser extinto e arquivado, em função da inviolabilidade de que goza o Deputado, na qualidade de congressista.</p> <p>(E) poderá ter seu andamento suspenso, pelo voto da maioria dos membros da Câmara dos Deputados.</p> <p>43. Relativamente à liberdade de associação sindical assegurada na Constituição Federal, <u>NÃO</u> é correto afirmar que</p> <p>(A) o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.</p> <p>(B) ninguém será obrigado a filiar-se ou manter-se filiado à organização sindical.</p> <p>(C) é vedada a criação de mais de uma organização sindical na mesma base territorial.</p> <p>(D) lei complementar poderá exigir autorização do Estado para a fundação e o funcionamento de sindicato.</p> <p>(E) é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas.</p>

<p>44. Considerando uma ação popular proposta por cidadão com vistas a anular ato da Administração Pública Federal lesivo ao meio ambiente, é correto afirmar que</p> <p>(A) o Ministério Público comparece ao feito para a defesa do ato impugnado e de seus autores.</p> <p>(B) há usurpação da função institucional do Ministério Público para a proteção de direitos difusos e coletivos.</p> <p>(C) fica o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.</p> <p>(D) a ação foi proposta sem base constitucional, porque ação popular não se presta a anular ato administrativo.</p> <p>(E) há inadequação da via eleita para a defesa do meio ambiente, que deveria ser promovida por meio de ação civil pública.</p>	<p>49. No procedimento cautelar de busca e apreensão de pessoa, o mandado será cumprido por</p> <p>(A) um oficial de justiça acompanhado de duas testemunhas que também assinarão o auto circunstanciado.</p> <p>(B) um oficial de justiça acompanhado de uma testemunha.</p> <p>(C) um oficial de justiça acompanhado de um perito e uma testemunha.</p> <p>(D) dois oficiais de justiça, um dos quais lerá o mandado ao morador, intimando-o a abrir as portas.</p> <p>(E) três oficiais de justiça, um dos quais arrombará as portas externas e internas da moradia.</p>
<p>45. De acordo com a Constituição, a execução das contribuições sociais decorrentes das sentenças publicadas em sede de reclamação trabalhista</p> <p>(A) compete <i>ex officio</i> à Justiça do Trabalho.</p> <p>(B) incumbe ao Ministério Público Federal.</p> <p>(C) deve ser encaminhada à Justiça Federal comum.</p> <p>(D) fica a critério do Reclamante.</p> <p>(E) deve ser promovida pela Procuradoria da Fazenda Nacional, perante a Justiça do Trabalho.</p>	<p>50. No procedimento ordinário, o autor que objetivar produzir prova testemunhal deverá apresentar o rol de testemunhas</p> <p>(A) a qualquer momento, antes da contestação.</p> <p>(B) ao indicar, na petição inicial, as provas que pretenda produzir no processo.</p> <p>(C) antes de ser realizada a audiência de conciliação.</p> <p>(D) no prazo que o juiz fixar ao designar a data de audiência de instrução.</p> <p>(E) ao especificar as provas que pretenda produzir na audiência de instrução.</p>
<p>46. A reserva por lei de percentual de cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência</p> <p>(A) atende ao princípio constitucional da função social do contrato de trabalho.</p> <p>(B) é inconstitucional, porque a Constituição prevê especificamente que a lei não pode discriminar o trabalhador portador de deficiência.</p> <p>(C) é inconstitucional, porque acarreta restrição indevida à liberdade de profissão, indústria e comércio, assegurada na Constituição.</p> <p>(D) é inconstitucional, porque somente emenda à Constituição poderia instituir tratamento que implicasse em restrição ao princípio da igualdade.</p> <p>(E) é obrigação imposta pela Constituição ao legislador, que deve cumpri-la, sob pena de incorrer em omissão inconstitucional.</p>	<p>51. O seqüestro, como procedimento cautelar específico, tem lugar quando</p> <p>(A) o devedor, que tem domicílio, caindo em insolvência, tenta alienar bens que possui.</p> <p>(B) o devedor, sem domicílio certo, procura alienar os bens que possui.</p> <p>(C) o devedor, sem domicílio certo, deixa de pagar a obrigação no prazo estipulado.</p> <p>(D) o devedor, que tem domicílio, contrai ou tenta contrair dívidas extraordinárias.</p> <p>(E) for disputada a propriedade de bens imóveis, havendo fundado receio de rixas.</p>
<p>47. A citação será feita por edital quando o oficial de justiça certificar que o réu é pessoa</p> <p>(A) física.</p> <p>(B) capaz.</p> <p>(C) incerta.</p> <p>(D) jurídica.</p> <p>(E) incapaz.</p>	<p>52. São requisitos necessários para realizar qualquer execução</p> <p>(A) o inadimplemento do devedor e o título executivo.</p> <p>(B) o inadimplemento do devedor e a existência de bens penhoráveis.</p> <p>(C) a prova escrita sem eficácia de título executivo e o inadimplemento do devedor.</p> <p>(D) a prova escrita sem eficácia de título executivo e o pedido de entrega de coisa fungível.</p> <p>(E) a prova escrita sem eficácia de título executivo e o pedido de entrega de determinado bem móvel.</p>
<p>48. Para registrar a penhora em execuções fiscais, o oficial de justiça entregará contrafé e cópia do auto de penhora na Junta Comercial, na Bolsa de Valores, e na sociedade comercial, quando a penhora recair sobre</p> <p>(A) navios.</p> <p>(B) debêntures.</p> <p>(C) aeronaves.</p> <p>(D) veículos.</p> <p>(E) imóveis.</p>	

<p>53. Em matéria de intimação é correto afirmar:</p> <p>(A) a intimação não pode ser efetuada sem o requerimento da parte interessada.</p> <p>(B) far-se-á a intimação por meio de oficial de justiça quando frustrada a realização pelo correio.</p> <p>(C) intimação é o ato processual pelo qual se chama a juízo o interessado, a fim de se defender.</p> <p>(D) a intimação do Ministério Público será feita pela publicação dos atos no órgão oficial.</p> <p>(E) havendo antecipação da audiência, o juiz, de ofício, mandará intimar os advogados por carta.</p>	<p>57. Com relação ao salário mínimo, é correto afirmar que</p> <p>(A) o trabalhador em domicílio receberá de acordo com a tarefa que lhe for atribuída, não lhe sendo garantido o salário mínimo.</p> <p>(B) para o seu cômputo são consideradas as gorjetas recebidas pelo empregado.</p> <p>(C) será garantido salário mínimo mensal, quando o salário for ajustado por empreitada.</p> <p>(D) o salário do menor aprendiz não poderá ser inferior a 2/3 do salário mínimo, na segunda metade da duração máxima prevista para o aprendizado.</p> <p>(E) havendo pagamento <i>in natura</i>, é garantido ao trabalhador pagamento em dinheiro nunca inferior a 25% do salário mínimo.</p>
<p>54. Em matéria referente à formação do processo civil, é correto afirmar que</p> <p>(A) feita a citação é permitido ao autor modificar o pedido depois do saneamento do processo.</p> <p>(B) o processo começa por iniciativa do juiz e se desenvolve por impulso das partes.</p> <p>(C) feita a citação é permitido ao autor modificar o pedido sem o consentimento do réu.</p> <p>(D) o processo começa e se desenvolve por iniciativa do juiz.</p> <p>(E) a propositura da ação e a citação válida constituem o réu em mora.</p>	<p>58. Em relação à duração do trabalho é correto afirmar:</p> <p>(A) Em qualquer trabalho contínuo com duração entre 4 e 6 horas é obrigatório um intervalo de 30 minutos.</p> <p>(B) Na jornada de trabalho é computado o tempo despendido até o local de trabalho e vice-versa.</p> <p>(C) Nos turnos ininterruptos de revezamento, a jornada é de 7 horas.</p> <p>(D) No sistema denominado "banco de horas", poderá ser ultrapassado o limite de 10 horas diárias.</p> <p>(E) Os empregados sob o regime de tempo parcial não poderão prestar horas extras.</p>
<p>55. Na execução por quantia certa pode ser penhorado, à falta de outros bens, o</p> <p>(A) objeto de culto religioso, se for de grande valor.</p> <p>(B) seguro de vida.</p> <p>(C) anel nupcial.</p> <p>(D) salário destinado ao sustento do devedor.</p> <p>(E) bem declarado, por ato voluntário, não sujeito à execução.</p>	<p>59. Férias proporcionais NÃO são devidas ao empregado</p> <p>(A) no término do contrato de experiência.</p> <p>(B) com mais de um ano de serviço que pede demissão.</p> <p>(C) com menos de um ano de serviço que pede demissão.</p> <p>(D) dispensado sem justa causa.</p> <p>(E) no término do contrato de trabalho por tempo determinado.</p>
<p>56. Incumbe ao oficial de justiça</p> <p>(A) a guarda e conservação de bens penhorados, arrestados ou seqüestrados.</p> <p>(B) redigir, em forma legal, os mandados e mais atos que pertencem ao seu ofício.</p> <p>(C) estar presente às audiências e coadjuvar o juiz na manutenção da ordem.</p> <p>(D) ter, sob sua guarda e responsabilidade, os autos, não permitindo que saiam de cartório.</p> <p>(E) dar, independentemente de despacho, certidão de qualquer ato ou termo do processo.</p>	<p>60. A participação do empregado em greve</p> <p>(A) não é hipótese de suspensão nem de interrupção do contrato de trabalho.</p> <p>(B) é hipótese de suspensão do contrato de trabalho, se não houver o pagamento de salários, e interrupção do contrato de trabalho, se houver o pagamento de salários.</p> <p>(C) é hipótese de interrupção do contrato de trabalho, se não houver o pagamento de salários, e suspensão do contrato de trabalho, se houver o pagamento de salários.</p> <p>(D) é hipótese de suspensão do contrato de trabalho, havendo ou não o pagamento de salários.</p> <p>(E) é hipótese de interrupção do contrato de trabalho, havendo ou não o pagamento de salários.</p>

<p>61. O prazo para cumprimento de diligência pelo Executante de Mandados é de</p> <p>(A) 9 dias. (B) 8 dias. (C) 7 dias. (D) 6 dias. (E) 5 dias.</p>	<p>66. Proferida a sentença que julgou procedente em parte a reclamação trabalhista, o reclamante verificou que um dos itens do pedido não havia sido examinado. Para sanar a omissão deve-se interpor</p> <p>(A) Agravo de Instrumento. (B) Recurso Ordinário. (C) Embargos à Execução. (D) Embargos de Declaração. (E) Agravo de Petição.</p>
<p>62. Na rescisão do contrato de trabalho por culpa recíproca ou força maior, é devida ao empregado uma indenização calculada sobre todos os depósitos de FGTS efetuados durante o contrato de trabalho, corrigidos, no percentual de</p> <p>(A) 40% (B) 30% (C) 20% (D) 15% (E) 10%</p>	<p>67. O funcionário público civil indicado como testemunha para prestar depoimento durante seu expediente deverá</p> <p>(A) prestar o depoimento por escrito. (B) comparecer espontaneamente. (C) ser conduzido por Oficial de Justiça. (D) ser requisitado ao chefe da repartição. (E) ser ouvido na própria repartição.</p>
<p>63. As categorias NÃO organizadas em Sindicatos serão representadas</p> <p>(A) por Sindicatos assemelhados. (B) pelo Ministério Público do Trabalho. (C) pelo Departamento Nacional do Trabalho. (D) pelas Delegacias Regionais do Trabalho. (E) pelas Federações e, na falta destas, pelas Confederações.</p>	<p>68. Nas causas cujo valor não ultrapasse 40 salários mínimos, o pedido deverá ser certo ou determinado, indicando o valor correspondente, sob pena de</p> <p>(A) arquivamento da reclamação e condenação do reclamante ao pagamento de multa. (B) indeferimento da petição inicial e extinção do processo. (C) indeferimento da petição inicial e condenação do reclamante ao pagamento das custas. (D) indeferimento da petição inicial e condenação do reclamante ao pagamento de multa. (E) arquivamento da reclamação e condenação do reclamante ao pagamento das custas.</p>
<p>64. Empregado dispensado em 18 de outubro de 2000, submeteu, em 20 de agosto de 2002, demanda de natureza trabalhista à Comissão de Conciliação Prévia constituída no âmbito do sindicato, não prosperando a conciliação. Fornecida declaração da tentativa de conciliação frustrada em 31 de agosto de 2002, o empregado</p> <p>(A) poderá ajuizar reclamação trabalhista até 17 de outubro de 2005, dentro do quinquênio prescricional. (B) não mais poderá ajuizar reclamação trabalhista porque já submeteu a questão à Comissão de Conciliação Prévia sem resultado. (C) poderá ajuizar reclamação trabalhista até 17 de outubro de 2002, dentro do biênio prescricional. (D) poderá ajuizar reclamação trabalhista até 28 de outubro de 2002, tendo em vista que a submissão da demanda à Comissão de Conciliação suspende o prazo prescricional que recomeça a fluir, pelo que lhe resta, a partir da tentativa frustrada de conciliação. (E) poderá ajuizar reclamação trabalhista até 30 de agosto de 2004, tendo em vista que a submissão de demanda à Comissão de Conciliação Prévia interrompe o prazo prescricional.</p>	<p>69. A competência para julgar os dissídios coletivos é</p> <p>(A) dos Tribunais Regionais do Trabalho e, havendo recurso, do Tribunal Superior do Trabalho. (B) dos Tribunais Regionais do Trabalho, em primeira e única instância. (C) do Tribunal Superior do Trabalho, e, havendo recurso, do Supremo Tribunal Federal. (D) das Varas do Trabalho e, havendo recurso, do Tribunal Regional do Trabalho. (E) do Tribunal Superior do Trabalho, em primeira e única instância.</p>
<p>65. A compensação deve ser argüida</p> <p>(A) na execução, em impugnação aos cálculos de liquidação. (B) em agravo de petição. (C) na contestação, como matéria de defesa. (D) em embargos de declaração. (E) em recurso ordinário.</p>	<p>70. Citado para pagamento, o executado deverá pagar de imediato o total constante do mandado de citação ou</p> <p>(A) apresentar exceção de incompetência ou suspeição. (B) apresentar impugnação em embargos à penhora. (C) apresentar artigos de liquidação. (D) recorrer ordinariamente ao Tribunal. (E) garantir a execução, nomeando bens à penhora.</p>